



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO – UNIDADE DELMIRO GOUVEIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

CLÉCIA DA SILVA DOS SANTOS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO NA
PRIMEIRA INFÂNCIA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA-
AL**

DELMIRO GOUVEIA- AL
2023

CLÉCIA DA SILVA DOS SANTOS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO NA
PRIMEIRA INFÂNCIA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA-
AL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final
para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela
Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão.
Orientador (a): Profa. Dra. Ana Cristina Conceição Santos.

DELMIRO GOUVEIA- AL

2023

CLÉCIA DA SILVA DOS SANTOS

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA-AL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus do Sertão como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Delmiro Gouveia – AL, 14 de dezembro de 2023.

Orientadora:

 Documento assinado digitalmente
ANA CRISTINA CONCEICAO SANTOS
Data: 08/01/2024 12:18:22-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Ana Cristina Conceição Santos, UFAL/Sertão.

Banca examinadora:

 Documento assinado digitalmente
LILIAN KELLY DE ALMEIDA FIGUEIREDO VOSS
Data: 25/01/2024 18:21:30-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Lílian Kelly de Almeida Figueiredo Voss, UFAL/Sertão (Examinadora Interna).

 Documento assinado digitalmente
MARIA APARECIDA SILVA
Data: 08/01/2024 20:13:56-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Maria Aparecida Silva, UFAL/Sertão (Examinadora Interna).

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo, compreender a importância da implementação das políticas públicas para a primeira infância nas áreas da educação e assistência social, na qual identificamos o papel da Constituição Federal (1988) no cenário de discussão e valorização dos direitos da criança. Posteriormente, reafirmando a necessidade em zelar pela primeira infância, contamos com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o intuito de amenizar situações de violência, maus tratos vivenciados por crianças e adolescentes. Para compreender a necessidade de efetivação e aplicação das políticas públicas, este estudo contou com uma pesquisa de campo realizada na cidade de Água Branca- Alagoas, sobre o programa Criança Feliz. Os procedimentos metodológicos utilizados foram de observação participante, documental, coleta de dados, revisão da literatura, observação exploratória, sistematização e análise dos dados. Deste modo, as contribuições dos autores Philippe Ariès (1973); Moysés Kuhmann Júnior (1998) foram fundamentais para a construção desse trabalho. Os resultados indicam que o investimento em políticas públicas na primeira infância contribui na redução das desigualdades sociais e colabora com o desenvolvimento integral da criança em seus espaços de vivências.

Palavras Chaves: Criança. Políticas Públicas. Infância. Programa.

ABSTRACT

This article aims to grasp the significance of implementing public policies for early childhood in the realms of education and social assistance. It explores the role of the Brazilian Federal Constitution of 1988 in shaping discussions and acknowledging children's rights. Emphasizing the imperative to protect early childhood, the Child and Adolescent Statute is pivotal in alleviating instances of violence and mistreatment experienced by children and adolescents. To comprehend the need for effective implementation of these public policies, this study conducted field research in Água Branca, Alagoas, Brazil focusing on the 'Criança Feliz' program. Methodological procedures encompassed participant observation, documentary analysis, data collection, literature review, exploratory observation, data systematization, and analysis. Consequently, the contributions of authors Philippe Ariès (1973) and Moysés Kuhmann Júnior (1998) were instrumental in shaping this work. The findings suggest that investing in early childhood public policies aids in diminishing social inequalities and fosters the holistic development of children in their living environments.

Keywords: Child. Public Policies. Childhood. Program

1. INTRODUÇÃO

A primeira infância ocorre entre 0 a 06 anos de idade, essa fase é o período de desenvolvimento sócio emocional, cognitivo e motor da criança, é a etapa na qual todo indivíduo precisa que essas necessidades sejam asseguradas para a formação de sujeitos emocionalmente equilibrados, solidários, atuantes na sociedade, entre outros. Olhar a primeira infância de forma fragmentada, sem projeções de investimentos e de ações sociais feitos pelo Estado, podem causar prejuízos na formação psíquica, cognitiva, social e motora nas demais etapas da vida da criança.

O interesse pela temática das políticas públicas e primeira infância surgiu a partir de observação participante vivenciada no ano de 2018, pelo Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvida na Escola Municipal Monteiro Lobato, localizada no município de Delmiro Gouveia/AL (Alto Sertão Alagoano), que atende crianças na faixa etária de 03 a 05 anos (Educação Infantil). Foi nessa experiência com o PIBID que surgiu a motivação e inquietações em querer entender o que levam a tantas crianças a permanecerem fora da escola, e como essa ausência ao acesso à educação atinge diretamente em cada etapa de vida dos sujeitos.

Em vista disso, esta pesquisa teve como objetivo compreender a importância da implementação de políticas públicas, nas áreas de educação e assistência social, voltadas para a primeira infância. A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa. Moreira e Caleffe (2006) sintetizam esse tipo de abordagem: [...] “explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente”. Corroborando, Minayo (1994, p.21) nos diz:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A metodologia utilizada foi à observação participante, possibilitando o contato com o fenômeno pesquisado, e documental. A condução metodológica englobou: revisão da literatura, observação exploratória, sistematização e análise dos dados. As técnicas de coleta de dados foram: análise dos documentos (Plano Municipal de Educação do município de Água Branca/AL e do Programa Criança Feliz) conversa informal com as visitadoras do

Programa Criança Feliz (PCF) e da Secretaria Municipal de Educação de Água Branca/AL e entrevista com três mães de crianças participantes do programa.

O artigo está dividido em seis tópicos: Iniciando com a introdução, em seguida seguimos com a discussão sobre o acesso às creches no Brasil. Posteriormente, é feita uma retrospectiva histórica e social da criança, no qual, percebemos como a infância era discutida nos séculos XIV e XV. Em seguida, contamos com o tópico que discute sobre a importância das políticas públicas como colaboração do melhor desenvolvimento da criança, abordamos ainda, os programas sociais para a criança pequena.

Posteriormente, contamos com a pesquisa sobre o programa Criança Feliz, realizada na cidade de Água Branca- AL, a partir das análises notamos as principais necessidades e carências existentes neste município alagoano. Para fins, são elencadas as principais considerações e impressões importantes em torno dessa temática.

2. O ACESSO ÀS CRECHES NO BRASIL

As reivindicações para que as crianças pequenas tivessem acesso às creches ocorreram a partir das lutas e resistências das mulheres, esse movimento buscava um espaço que recebessem os seus filhos em tempo integral para que as mães pudessem trabalhar. Inicialmente, a creche teria um papel de colaborar com as famílias em extrema pobreza, dessa maneira, as mães poderiam deixar suas casas e entrar no mercado de trabalho. Para Merisse (1997, p. 25) “é por volta do século XIX que as creches começam a atender o público infantil, basicamente no sentido de amenizar os problemas sociais dos filhos/as de mulheres negras escravizadas”.

Essa finalidade das creches serem vistas como assistência perpetuava ainda pela Europa, com a criação das salas de custódia, logo, não possuíam um cunho pedagógico que conseguisse promover saberes com as crianças. “Seu objetivo era amparar a infância pobre e tinham como única preocupação a guarda pura e simples dessas crianças, o que era feito em instalações bastante inadequadas e com procedimentos que não envolviam qualquer preocupação educativa”. (KISHIMOTO, 1988, p. 44). Com isso entende-se que a creche seria uma possibilidade das mulheres conseguirem trabalhar nas indústrias, independente das condições disponíveis para os cuidados dos seus filhos.

Já para Oliveira (2005, p.79), as creches necessariamente possuíam um caráter entendido como um “mal necessário” que partia de um plano voltado para a saúde e

preocupava-se com o ambiente físico que atendiam às camadas populares, a preocupação se deve aos altos índices de mortalidades infantis presente no período do Movimento Higienista no século XIX.

A partir do século XIX e início do século XX, surge um novo olhar para cuidar das populações, promover e ensinar novos hábitos, com isso, o movimento higienista pregava a defesa da saúde, no qual, médicos e agentes sanitários perceberam o crescente surto epidêmico da febre amarela, tuberculose e entre outras manifestações de doenças, tendo em vista que, tais problemas enfrentados no século estavam colocando em risco todo império.

Os higienistas defendiam uma intervenção da saúde e educação, com o sentido de buscar melhores qualidades de vida, aumentando a longevidade e diminuindo as taxas de mortalidade das crianças, esse movimento abre parênteses para reflexão sobre preservação da primeira infância, pois, buscavam por projetos que trouxesse retorno à infância abandonada.

Os higienistas discutiam os projetos para a construção de escolas, a implantação dos serviços e inspeção médico-escolar, e apresentavam sugestões para todos os ramos do ensino, em especial com relação à educação primária e infantil. (KUHLMANN, 1998, p.91).

Com isso, entende-se a contribuição do movimento higienista com as crianças, tendo em vista que, enquanto não cuidasse dos problemas dos pais este “mal” continuaria se reproduzindo, logo, os projetos eram pensados para atender as crianças nas escolas.

Em 1922, o Estado organizou o primeiro Congresso Brasileiro para discutir sobre a proteção à infância, sendo uma das principais finalidades, combater a pobreza e a mortalidade infantil, duas décadas depois é criado o Departamento Nacional da Criança (Decreto-lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940). Em seu primeiro capítulo, art. 1º, sobre Coordenação das Atividades Nacionais relativas à proteção, maternidade, infância e a adolescência, pontuam:

Art. 1º “Será organizada, em todo o país, a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida”.

Ao longo dos anos, foram surgindo diferentes discursos, como a teoria da privação cultural, em que se baseava na existência de um único modelo de criança, das classes mais favorecidas, as crianças que não faziam parte dessas classes, eram consideradas inferiores por serem carentes. Logo na década de 1960, surgem novos procedimentos em relação às

crianças, nesse período se davam em torno das reivindicações dos operários por melhores condições de vida, pois, esse caráter assistencialista não estava sendo necessário, era coerente mudar os planos e assumir a responsabilidade com a infância das crianças. Então, na década de 1970, outros modelos de creches mais afirmativas foram sendo criados, com isso, podemos citar o Projeto Casulo associado a LBA (Legião Brasileira de Assistência), que atendia crianças de 0 a 06 anos, com a intenção de auxiliar as mães a elevar a renda familiar, já que, teriam um espaço protegido para deixar seus filhos.

Outro movimento presente foi à luta por creches na década de 1980, Merisse (1977, p. 49) comenta que “as reivindicações se direcionavam aos poderes públicos para tornar as creches uma instituição de direitos”. A partir das reivindicações, com uma proposta que tornasse necessário o acesso à creche para as crianças, Saraceno e Naldini (2003), em seu estudo sobre a família, apresenta o processo de industrialização como uma ferramenta capaz de mudar o posicionamento social e ainda modificar o papel masculino e feminino na divisão do trabalho, da família na sociedade.

O surgimento da creche no Brasil, não servia apenas para atender as mães que trabalhavam nas indústrias, mas aos filhos das empregadas domésticas. O modelo das creches foi tomando novos contornos, além das carências de saúde e alimentação começaram analisar outras carências, as afetivas, cognitivas, e sociais, que foram constituindo um novo modelo de creche.

A partir dessas mudanças, nas quais a creche não é mais vista apenas como um espaço assistencialista, mas um lugar em que as crianças são capazes de desenvolver suas potencialidades, vários setores começaram a reivindicar a creche como um direito educativo sem distinção de classe social, o que ocasionou nas principais leis presentes na Constituição Federal de 1988, a obrigatoriedade da pré-escola.

Todo avanço existente possui um cunho político, social e histórico. No Brasil, posteriormente à Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) fixa o prazo de publicação de três anos para a integração da creche no sistema de ensino. “As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.” (Art. 89).

No cenário atual, o sentido da creche foi se reconstruindo e possuindo um novo significado de direito a ser destinado a todas as camadas sociais. Algumas modificações entre

instituição e família foram se estabelecendo, a responsabilidade começou a ser compartilhada entre ambos, a família, o professor e a escola que se volta a um ponto principal, a criança.

Para atender essa demanda das infâncias, diversos estudos foram realizados, tanto na área pedagógica e psicológica para compreender a necessidade de efetivação das creches.

A concepção do bebê e da criança pequena como um ser social reforçou essa consciência da necessidade de organização de espaços coletivos de cuidado e educação, onde a criança possa desenvolver sua competência e sociabilidade (ROSEMBERG, 1997, p.17).

Com isso, é preciso que as instituições de ensino considerem as diferentes infâncias, a relação entre o ambiente escolar e familiar, se não for desenvolvida em forma de parceria, não atingirá as particularidades das crianças. Apesar dos avanços e retrocessos, o direito de atendimento à creche passa por dificuldades ainda existentes, como o número insuficiente de vagas, falta de espaço físico, profissionais qualificados, logo, surge à necessidade de cada vez mais investir na primeira infância como forma de buscar superar as marcas do passado que tanto negligenciou essa etapa na vida de um indivíduo.

A partir da compreensão sobre a efetivação da creche, contamos com uma breve discussão sobre o sentimento de infância nos séculos XIV e XV, com isso, notaremos a importância do acesso as creches para o desenvolvimento integral da criança fazendo uma associação ao entendimento da criança na idade média.

3. RETROSPECTIVA HISTÓRICA E SOCIAL DA CONSTRUÇÃO DA CRIANÇA.

A infância passou por diversos processos de modificações, ao longo dos séculos XIV, XV, a criança era considerada um adulto em miniatura, ao assumirem responsabilidades que não lhes cabiam, a partir do momento que conseguissem desenvolver atividades que não mantivesse a presença dos pais para guiá-los, suas especificidades de ser brincante eram ignoradas, tendo em vista que, a estatura entre o adulto e a criança era o que os diferenciavam. Segundo Ariès, (1981, p.156).

[...] o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia.

Essa expressão entre o adulto em miniatura colocava diversas mudanças na vida da criança, ao completar sete anos suas vestimentas eram associadas ao de um adulto, logo,

entendia-se que nesse período histórico as singularidades das crianças não partiam do entendimento de enxergá-las e nem em compreender o seu processo de criança até chegar na fase adulta:

Aos sete anos marcava-se uma transformação na vida das crianças. Mudavam-se os trajes, diferenciavam-se os gêneros, atribuíam-se responsabilidades. Ampliaram-se as relações sociais, seja pela entrada no mundo do trabalho ou do estudo, muitas vezes com a saída de casa, seja pelo maior convívio com os grupos de pares, que irão rivalizar com a família nas influências sobre a socialização das crianças (KUHLMANN, 2005, s/p).

A vida era igual para todas as idades, não existiam os estágios, como foi estudado posteriormente pelo psicólogo Jean William Fritz Piaget (1999). Na Idade Média antes de existir o ensino, crianças e adultos dividiam os mesmos lugares e espaços, sejam eles de trabalho, comemoração, ou em seus lares. Na sociedade medieval não havia a divisão territorial e de atividades em função da idade dos indivíduos, não havia o sentimento de infância ou uma representação elaborada dessa fase da vida (Ariès, 1973).

Ainda na idade média, as etapas de vida eram divididas em seis. A primeira idade que se dividiam em três, o nascimento, de zero aos sete anos, a segunda idade, dos sete anos aos quatorze anos e a terceira idade, de quatorze na/os aos vinte e um anos, essas etapas não possuíam nenhum tipo de valorização da sociedade, é apenas na quarta idade, entre os vinte e um aos quarenta e cinco anos que as pessoas começaram a ser vistas socialmente, a quinta idade, consideravam as pessoas que já tinham passado da juventude, e a sexta idade, considerada a velhice, até os últimos anos de vida até a morte (Ariès, 1973).

Discorre Sarmiento (2005, p. 365) que “a infância é historicamente construída a partir de um processo de longa duração que atribuiu o estatuto social e que elaborou bases ideológicas e normativas do seu lugar na sociedade” complementa ainda que; [...] “Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou”. É continuamente atualizado na prática social, nas interações entre crianças e nas interações entre crianças e adultos.

A criança na sociedade contemporânea passou a ser entendida como um ser social e histórico a partir das suas necessidades de brincar, imaginar, ter seu espaço na sociedade. O que se pode considerar sobre as mudanças referentes à infância e à criança é o processo crescente da globalização e o acesso dos meios de comunicação que estão presentes nos espaços no qual as famílias vivem nos ambientes em frequentam com as crianças. Colin e Perez (2019) dialogam que:

Diante de tantos avanços sobre a “evolução” do conceito de infância, ainda restam muitas dúvidas sobre o tratamento para com as crianças, bem como saber o que é destinado ou não às crianças nos dias atuais em termos de informação, conhecimento, entretenimento, brincadeira e outros. (p.55).

O universo infantil a partir das influências do mundo globalizado, como o acesso à informação, a tecnologia, os espaços sociais e a formação de novas culturas, se direcionado de forma inadequada, distancia as crianças de desenvolverem suas potencialidades como, por exemplo, por meio das brincadeiras lúdicas, que contribui na criatividade, na imaginação da criança, tamanhas informações violam os processos educacionais da criança.

As crianças encontram-se expostas a informações que subsidiam a conteúdos vinculados a um universo não apropriado para a faixa etária, transformando o universo infantil em um mundo adultizado. Colin e Perez (2019) em seus estudos afirmam da seguinte maneira;

Existe um processo chamado adultização em que parte das crianças vive contrapõe-se, em parte, ao conceito atual de infância, que considera as particularidades e especificidades da criança. Diante deste entendimento, nos remetemos ao medievo e, assistimos, mais uma vez, a representação da criança como um adulto em miniatura. (p.55).

Logo, as crianças precisam estar sendo monitoradas a todos os tipos de conteúdo que acessam frequentemente. É comum encontrar em diferentes contextos sociais o papel que as crianças assumem diante das suas diferentes formas de viver a infância. Será que existe apenas uma única forma de ser criança? Podemos dizer que é a partir dos tempos e espaços que as crianças irão viver a primeira infância, de acordo com suas condições sociais e características familiares, tendo em vista que, a infância não possui um modelo uniforme, seja ele cultural, educativo, econômico, de saúde, alimentação e de higiene.

Brougère (2004, p.14) afirma que as crianças vivem de acordo com cada época, classe social e cultural, e que “elas não são excluídas, mas o seu lugar de mundo é construído conforme o momento e o espaço em que vivem”. Portanto, entendemos que as crianças vivem e constroem seus modos de vida por meio do seu contexto histórico e cultural.

Ainda que as crianças tenham alcançado um espaço social, em determinadas situações se tornam alvo das projeções dos adultos, que acabam refletindo suas fantasias, crenças, concepções e conceitos já pré-concebidos, esperando que as crianças percebam o seu mundo pelas experiências vividas pelos adultos, fazendo da criança sua própria extensão, moldando as formas da criança se auto perceber, de sentir e até serem controladas nas suas ações, induzindo o que e como deve realizar determinada atividade.

A criança é um ser que dá sentido ao mundo em que vive fazendo diferentes leituras das tramas sociais. Tem, portanto, no decorrer da vida, não só a possibilidade de aprender como também de contribuir para a constituição de um outro momento histórico (MÜLLER; REDIN, 2007, p. 17)

Para tanto, o Referencial Curricular Nacional da Educação infantil (1998), diz que “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio”, por isso, cada vez mais se faz necessário à tomada de consciência sobre a importância da infância para atingir diferentes experiências no cenário infantil. É importante ouvir as crianças e vê-las como sujeitos que captam emoções, que transformam seu mundo a partir da sua imaginação e buscar compreender como as crianças enxergam seu lugar no mundo.

Para que a criança tenha suas necessidades atendidas, se faz necessário a implementação e efetivação de políticas públicas voltadas a primeira infância, uma vez que, as crianças são seres de direitos e precisam ser amparadas pela lei, com as contribuições da sociedade e da família, com isso veremos as principais políticas efetivas de proteção à infância.

4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FERRAMENTA INTEGRADORA DA INFÂNCIA

Políticas públicas como direito na primeira infância

A criança detém valores, e necessita das relações afetivas das pessoas as quais convivem, buscando alternativas que assegurem o direito de ser criança. Para entender sobre a primeira infância e as políticas públicas, é necessário compreender o que são essas ações. As políticas públicas buscam por uma melhor qualidade de vida que atendam a necessidade de todas as camadas sociais, elas podem ser de âmbito Municipal, Estadual e Federal.

Política Pública é uma área do conhecimento que procura, concomitantemente, “colocar o governo em ação” e/ou examinar essa atitude e, quando essencial, sugerir alterações no curso dessas atitudes. A concepção de políticas públicas consiste no estado em que os governos democráticos transpassam suas intenções e plataformas eleitorais em projetos e ações que renderão resultados ou transformações no mundo (SOUZA, 2006)

Azevedo (2003, p. 38) definiu que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Com isso, refere-se que a sociedade civil não é responsável pela implementação das políticas públicas, mas as

políticas públicas só passam a existir quando é proposta e reivindicada pela sociedade civil organizada. Dentro do cenário educacional que envolve a primeira infância, as leis passaram por transformações até a contemporaneidade. Nos anos de 1930 a pobreza já era o fator fundamental de crimes voltados às penalidades infantis, as crianças e os adolescentes não possuíam uma rotina escolar que os mantivessem distantes de criminalidade, agressões violentas, não cabia um sentido de humanidade e justiça.

Além da efetivação das políticas públicas, como a obrigatoriedade do ensino público oferecidos preferencialmente na rede regular de ensino a partir da educação infantil, é necessário pensar na formação de professores e professoras que compõe a instituição para o desenvolvimento integral da criança, dessa forma surgirá um comprometimento do que está sendo posto a partir das leis tanto na prática, como na teoria.

No Brasil, nas últimas décadas entraram como um dos assuntos mais comentados, sendo incluídas as políticas públicas, na educação, saúde, cultura, esporte, justiça e assistência social. No entanto, tais políticas nem sempre trazem os resultados esperados, pois somente garantir o acesso a estes serviços públicos não significa que estes tenham qualidade e, que efetivamente, os usuários terão seus direitos respeitados (SETÚBAL, 2012).

Devido a isso, é necessário refletir as políticas públicas e seus enfrentamentos e problemas existentes no cotidiano da escola, sem causar prejuízos na qualidade da educação. Para isso, precisa-se fazer mais para a educação quando se fala sobre ensino gratuito e de qualidade, não pensando apenas nesta estabilidade, como os problemas de fome, drogas e a própria violência que vem se instalando nas escolas em todo o Brasil (QUADROS, 2008).

Tem-se que o sistema educativo adotado e as Políticas Públicas direcionadas para a educação, são elementos que demonstram a preocupação do país com o seu futuro, pois somente o ensino público e gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade nas quais as diferenças socioculturais e socioeconômicas não são tão díspares (FREIRE, 1998).

O papel sócio educacional da escola é formar sujeitos ativos, críticos e reflexivos, comprometidos com o papel de cidadão, devido a isso, precisa-se estabelecer um ensino de qualidade, que seja capaz de conduzir os valores dos sujeitos íntegros na sociedade.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco para favorecer as políticas públicas para a infância e juventude. No seu artigo 277, destaca que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à

convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Constituição Federal, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/1996), são caminhos que contemplam o direito à educação de crianças e adolescentes.

Os programas de assistência social, em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) são uma rede de apoio para as famílias em situação de vulnerabilidade durante os primeiros anos de vida das crianças, uma vez que, buscam articular-se com as dificuldades de cada criança com a família ou responsável, para que em conjunto possam ser provedores de melhores condições tanto no aspecto educacional como social da criança.

Para que de fato compreenda-se a importância desses programas de assistência social, como Criança Feliz, Criança Alagoana, o Bolsa Família e entre outros, retornemos à luta pela efetivação sobre a política da assistência social. Por volta do século XIX, ocorreu uma grande movimentação das classes populares que buscavam por melhores condições de vida, no qual, o questionamento se direcionava ao Estado com foco nas demandas sociais. A partir de pressões e luta dos movimentos sociais, buscava visibilizar a assistência social e o Estado como poder máximo, garantindo e atendendo a população em situação de pauperismo.

A Constituição Federal de 1988 trouxe novas reflexões para a efetivação das assistências educacionais no Brasil, incluindo a seguridade social como direito, tornando-se assim uma política, porém, para que se possa compreender a importância de assistência à criança pequena faremos alusão ao caso do menino Waldemiro ocorrido no ano de 1926. Aos 12 anos, ganhava a vida como engraxate nas ruas do Rio de Janeiro, após oferecer seu serviço a um cliente que não pagou pelo seu trabalho, o menino se irritou e jogou tinta no indivíduo, no qual, chamou a polícia e prendeu a criança.

Para a época não existia um tipo de diferenciação entre a criança e o adulto, Waldemiro ficou preso por quatro semanas em uma cela, sofrendo todos os tipos de violência, foi estupro até que foi encaminhado para Santa Casa. Logo após o caso ser noticiado em todo o Brasil causou uma grande questão política levada ao Congresso, um ano depois, o Presidente Washington Luiz assina a lei contra menores infratores aos 18 anos.

O caso de Waldemiro no país foi debatido como uma necessidade de promover políticas e programas para crianças e adolescentes, vale salientar que as leis efetivas de 1988, ainda se encontravam rasas e quase inexistentes e preocupadas com a primeira infância. Ainda é importante lembrar que o Brasil entre os séculos XIX e XX vivia o período do fim da

escravidão, onde as pessoas se encontravam em condições de miséria e negligenciadas pela Sociedade e Estado.

Na contemporaneidade, a partir das atualizações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) em 2009 e sua publicação em 2010 surge a necessidade de favorecer o ensino a criança pequena, com ampliação das práticas pedagógicas, elaboração de planejamento, avaliação e propostas curriculares para educação infantil, é nesse cenário que surgem os programas sociais, Brasil Carinhoso (2012), Caminho da Escola (2007), Biblioteca na Escola (1997), para manter a estrutura dos programas é necessário os recursos financeiros para a oferta de matérias didáticas, transporte, alimentação, o Estado passa a dispor de políticas públicas e investimentos para garantir a permanência das crianças, uma vez que, casos como o de Bernardinho ou similares precisam ser combatidos na sociedade atual.

A lei que dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira Infância (lei n.º 13.257/2016) condiz com o desenvolvimento da criança de até os seis anos, envolvendo as políticas públicas para a primeira infância.

O Art. 4º dessa lei afirma que:

Art. 4º As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a:

I - atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã;

II - incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;

III - respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais;

Essa lei ainda reafirma a importância da família e a sociedade atuarem em colaboração, em seu art. 12º pontua que: “A sociedade participa solidariamente com a família e o Estado da proteção e da promoção da criança na primeira infância, nos termos do caput e do § 7º do art. 227, combinado com o inciso II do art. 204 da Constituição Federal”.

A Constituição Federal/1988 atende todos os direitos humanos, no qual está incluso a criança, em seus incisos está posto da seguinte maneira. Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” Para tanto a sociedade precisa se articular para poder promover em seus espaços condições adequadas para formação da criança nos seus primeiros anos de vida.

Esse trabalho contou com uma pesquisa de campo no município de Água Branca-Alagoas sobre o programa Criança Feliz, que contribui com as infâncias água-branquenses de zero a seis anos de idade, veremos em seguida como é desenvolvido o programa, suas necessidade de ampliação e a importância de permanência do criança família para as comunidades locais.

5. PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O programa Criança Feliz (PCF) formalizado pelo Decreto n.º 8.869, ação Federal de cinco de outubro de 2016, visa promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando o contexto social e familiar. O programa busca amenizar as situações de pobreza integrando as famílias o acesso à renda mensal em diferentes serviços. A coordenação é feita pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, com função intersetorial de articular a saúde, cultura, educação, direitos humanos e políticas públicas.

Na cidade de Água Branca/AL, a partir de buscas documentais na Secretaria de Educação e Assistência Social foi comprovado que os únicos programas efetivos no município são: Criança Feliz e Criança Alagoana, o primeiro foi o foco dessa pesquisa, em que obtivemos acesso com a equipe local. O Criança Feliz atende as infâncias de crianças que se encontram em vulnerabilidade social e econômica, com isso, pontuamos os objetivos que regem o programa, seus princípios e algumas reflexões pontuais sobre os efeitos dessa política voltada à primeira infância.

O Art. 3º do Decreto nº 8.869/2016 tem como objetivos fundamentais. Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade; Mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem; Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.

O PCF condiz com os cuidados com as famílias desde a gestação até a criança completar três anos, o programa é estendido até os seis anos para as famílias contempladas em outros serviços de prestação continuada. Conforme os princípios do art. 4º do Decreto n.º 8.869/2016 fará com que o programa possa atingir seus principais objetivos mencionados no art. 3º, formulados da seguinte maneira.

I – A realização de visitas domiciliares periódicas, por profissional capacitado, e de ações complementares que apoiem gestantes e famílias e favoreçam o desenvolvimento da criança na primeira infância;

II – A capacitação e a formação continuada de profissionais que atuem junto às gestantes e às crianças na primeira infância, com vistas à qualificação do atendimento e ao fortalecimento da intersetorialidade;

III – O desenvolvimento de conteúdo e material de apoio para o atendimento intersetorial às gestantes, às crianças na primeira infância e às suas famílias;

IV - O apoio aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, visando à mobilização, à articulação intersetorial e a implementação do Programa;

V - A promoção de estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento infantil integral.

Com isso, a partir dos objetivos acima citados, para desenvolver o trabalho com as famílias o Manual do Gestor do Criança Feliz articula dados sobre o número e divisão de visitantes por município, apresentando a distribuição da carga horária em relação ao número de visitantes e indicando o ideal para um bom desempenho sem sobrecarregar a equipe.

QUADRO 01

Se SUPERVISOR de 20h/semana:	Até 8 visitantes
Se SUPERVISOR de 30h/semana:	Até 11 visitantes
Se SUPERVISOR de 40h/semana:	Até 15 visitantes

Fonte: (Manual do Gestor: cartilha/Ministério da cidadania. 1.ed.- Brasília: Ministério da Cidadania, 2019)

Além disso, o PCF estabelece o limite de acompanhamento por supervisor em que é referente à soma geral dos visitantes. Vejamos como esses números são distribuídos na cidade de Água Branca-AL.

QUADRO 02

META ACEITA	Nº de Visitadores (Carga Horária de Referência: 20h/semana)	Limite de pessoas acompanhadas por visitador
200	06	30

Fonte: Dados disponibilizados pela coordenadora do programa (PCF)

Por meio de buscas atribuímos que a cidade de Água Branca, possui um total de duzentas famílias que são beneficiárias do programa distribuídos entre seis visitadoras, na qual, cada uma assume aproximadamente um total de trinta famílias. Agora analisaremos como deveria ser feita essa distribuição conforme a cartilha do Ministério da cidadania:

QUADRO 03

META ACEITA	Nº de Visitadores (Carga Horária de Referência: 20h/semana)	Limite de pessoas acompanhadas por visitador
100	6	17
150	10	15
200	12	17

Fonte: (Manual do Gestor: cartilha/Ministério da cidadania. 1.ed.- Brasília: Ministério da cidadania, 2019)

O número ideal de visitadores na cidade de Água Branca, segundo o Manual do gestor deveria atingir um total de 12 pessoas, uma vez que, a carga horária atinge 20h semanais, mas, nesse caso cada visitador assume a responsabilidade entre 30 a 33 famílias em diferentes povoados. A cidade tem sua divisão em áreas rurais e urbanas, porém o programa tem mais atuação no campo. São 13 povoados mais a cidade de Água Branca, para cada visitador o esperado é atingir 17 famílias, logo, fica perceptível que cada visitador excede o número de 13 famílias a mais, ultrapassando o esperado da carga horária.

Com isso, podemos relacionar o tempo e serviço oferecido às famílias, tendo em vista que, com a sobrecarga horária, os visitadores necessitam diminuir o tempo de cada visita para conseguir contemplar a ida às casas das famílias. Apesar dessa condição, é sugerido pela equipe técnica que as visitadoras assumam essa responsabilidade devido à rotatividade, pois as crianças que completam até 03 anos são desligadas do programa ou quando começam a frequentar a escola.

Mas o questionamento que nos leva a reflexão é como as visitadoras conseguem visitar tantas famílias? Quais estratégias que podem melhorar dentro do programa para não ficar um trabalho frágil? Por meio de conversas com toda a equipe foi relatado que diariamente acontecem visitas sendo distribuído cada público-alvo visitas quinzenais, apesar da rotatividade entendemos que a primeira infância é a fase de aprimoramentos, nesse caso cabe uma atenção para colaborar com as visitadoras, buscar meios de condicionar uma equipe maior, para que em parceria não surja descasos com as famílias.

5.1 Caracterizações dos Beneficiários do Programa

O programa Criança Feliz prioriza famílias que vivem em situações vulneráveis, então a partir de pesquisas realizadas juntamente com a equipe de coordenação do Criança

Feliz na cidade de Água Branca/AL, foram disponibilizados documentos de suporte das equipes locais para o oferecimento do atendimento domiciliar, notamos os públicos alvos do programa da seguinte maneira.

- Gestantes e crianças de até 36 meses e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Crianças de até 72 meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada;
- Crianças de até 72 meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no Art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias.

Crianças com deficiência são públicos prioritários do PCF, sendo sujeitos de direitos que necessitam de cuidados dos programas de assistência que auxiliem a família para contribuir no seu desenvolvimento integral, na educação, nutrição e na inclusão social dessa criança.

5.2 CAMINHOS DA PESQUISA

No dia vinte e oito de julho de dois mil e vinte e dois foram realizadas as visitas nas Secretarias de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação de Água Branca, com a intenção de realizar pesquisas bibliográficas sobre os programas ativos no Município que atendesse a primeira infância, o foco não partia de atividades desenvolvidas nas escolas, em que cada vez mais o Município aperfeiçoará, como a construção de escolas e creches. No primeiro momento a conversa partiu desse entendimento, até que ficou esclarecido que a pesquisa buscava por programas de assistência para crianças de zero a seis anos fora do espaço escolar.

Na Secretaria de Educação, não obtive informações de políticas públicas para a primeira infância, mas através do site oficial da Prefeitura Municipal, encontra-se disponível a lei nº 649/2014 de 27 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a Política Municipal dos direitos das crianças e dos adolescentes, que engloba as ações governamentais e não governamentais para proteção integral da criança e adolescente, como a criação do Conselho Tutelar e programas sociais, seguindo as instruções do ECA. Para tanto, analisamos o Plano Municipal de Educação do Município de Água Branca, Lei nº 660/2015, e fizemos um comparativo com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, ao que se refere à educação na primeira infância.

Uma das razões para criações dos planos municipais é buscar pela continuidade da efetivação de políticas públicas, independente da gestão atual. Com a sanção feita pelo prefeito, indica que o plano tem caráter de lei, e deve ser obedecido e monitorado também pela sociedade por meio do Conselho Municipal de Educação.

Nas estratégias do PME, menciona:

1.11) Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio das articulações das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até (três) anos de idade

1.14) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação a criança de até 3 (três) anos de idade

Como exposto, a permanência dos alunos na escola deve partir de diferentes setores que possuem o dever com a educação e com os estudantes. O PME possui a responsabilidade de atender a legitimidade para alcançar o sucesso na sua efetivação, conhecer a realidade do seu município, seus desejos sobre as necessárias mudanças que almejam alterar durante seus dez anos de vigência.

O plano Municipal de Educação deve ser elaborado a partir das diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação, no qual a partir de estudos realizados, podemos perceber que, em relação à educação infantil o PME segue a mesma estrutura do Plano Nacional de Educação, a dificuldade é a execução das vinte metas e das 254 estratégias. A primeira meta vem nos dizer que:

Meta 1: “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”.

Um dos grandes desafios para o município é investir na educação infantil, ao ser preciso profissionais comprometidos e motivados com seu trabalho, com formação continuada, com valorização de políticas educacionais para os docentes, vai além da oferta, é preciso oferecer condições dignas para alcançar um maior resultado nas metas do PME, pois, apesar de ser responsabilidade do município garantir o que está posto no PME, às esferas Estaduais e Federais precisam auxiliar com recursos financeiros, uma vez que, a Constituição Federal exige a participação de todos os entes Federativos com as metas Nacionais.

Em conversas com os técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que trabalham desde o ano de 2012, não consta em registros documentais o desenvolvimento

direcionado à primeira infância, fora do contexto escolar, além do Bolsa Família que é um programa do Governo Federal. Essa ausência documental interfere diretamente na pesquisa, uma vez que, necessita para comparação de dados. O PME do município menciona que em 2013, 75,3% das crianças de 04 a 05 anos frequentam a escola. Então, é preciso analisar os avanços, além disso, é uma preocupação com as infâncias do município, quais estratégias estão sendo elencadas para englobar o campo e a cidade. Em diálogos posteriores, a Semed está buscando se reorganizar e contemplar a educação como prioridade municipal, uma vez que essa pesquisa se baseou em buscar nos interesses para além da sala de aula.

No contexto externo, como a Cidade de Água Branca idealiza as infâncias água-branquenses? Por meio dos estudos realizados até aqui, contamos como incentivo e preocupação com a primeira infância o PCF o qual não contempla todas as famílias, apenas uma parcela que se encontra em vulnerabilidade e que precisam desse apoio, mas como pensar em infâncias sem a divisão de classes? Podemos perceber que não existe nenhuma lei municipal aplicável que defenda o direito das crianças, apenas programas sociais para famílias carentes, que nesse contexto pode apresentar os programas sociais como “ajuda” e os desvinculam da responsabilidade de efetivar as políticas públicas como forma de direito para toda a população. O Estado precisa estar aliado com as famílias, para que assim em conjunto seja possível garantir dignidade para a primeira infância.

5.3 CONHECENDO O ESPAÇO SEDE DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O ambiente físico do Criança Feliz, está localizado na Rua Santo Antônio nº30 na cidade de Água Branca/AL. É uma pequena casa que comporta dois quartos, um banheiro, uma sala e uma cozinha. Nesse espaço são realizadas as reuniões com os visitantes e os planejamentos semanais.

Na primeira semana do mês de agosto de dois mil e vinte e dois foi realizada a primeira visita no espaço físico do Criança Feliz, em que foi notado previamente a intenção do programa para atender as diferentes famílias no município, esse primeiro contato mostrou a fragilidade que atinge as diferentes crianças do programa. O contexto social das famílias do programa Criança Feliz só é entendido quando visto a realidade na prática.

Podemos notar por meio das vistas que são famílias que vivem do que plantam, famílias que usam drogas, álcool, mães solas e desamparadas que não conseguem ter esperança de dias melhores, crianças com deficiência sem suporte necessário para uma melhor

qualidade de vida, são famílias marginalizadas pela vida, pela sociedade e pelo Estado. São duzentas famílias no município de Água Branca/AL que encontraram no Programa uma rede de apoio que não completa, mas que ameniza suas fraquezas, ao serem ouvidas, aconselhadas e por vezes direcionadas para os setores de saúde, principalmente as gestantes.

A segunda visita ao Criança Feliz aconteceu em dezembro de dois mil e vinte e dois em que foi observado o planejamento das visitadoras, foram quatro horas de escuta, trocas de experiência, esse momento a equipe visa sinalizar qual família necessita de um olhar mais atento e de perceber se as famílias estão realizando as atividades com as crianças e avaliam o seu progresso. Os recursos para realizar as dinâmicas com as crianças são objetos que as famílias possuem em casa, uma panela, uma garrafa pet, utensílios que não fogem da realidade das famílias.

O terceiro momento aconteceu no dia dois de março de dois mil e vinte e três, sendo destinado para acompanhar uma visitadora realizando as atividades no Sítio Pipoca. Eram oito visitas a serem feitas, porém, para essa pesquisa escolhemos somente três famílias, pois a equipe analisou e percebeu quais famílias sentiram-se confortável com mais uma pessoa tendo acesso em suas casas.

A primeira visita foi no Sítio Maxi que fica próximo ao Sítio Pipoca. Uma criança de um ano e seis meses do sexo masculino. A visita durou em torno de 15 minutos. Inicialmente houve uma breve conversa com a mãe e mais duas filhas, um momento de perceber e questionar como a criança realiza as atividades ao longo da semana. Posteriormente, a visitadora colocou uma fita no chão e levou algumas bolas para a criança andar na linha reta e desviar das bolas.

IMAGEM 01



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

IMAGEM 02



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

A atividade proposta, além de ser muito divertida ajuda a desenvolver habilidades, tais como, o equilíbrio, a concentração, a coordenação motora grossa, a percepção visual e atenção da criança. A mãe é orientada a realizar a atividade com a criança em momentos posteriores à visita, para que cada vez mais a criança amplie suas habilidades. No momento que a criança realizava a atividade foi questionada a mãe se ela poderia comentar uma frase ou o que ela sentisse confortável para falar como ela avalia o Criança Feliz e o que mudou durante sua permanência no programa, respondeu da seguinte maneira.

O programa tendi me ajudado a ver como posso realizar as brincadeiras com os menino para ajudar ele crescer de forma boa, melhorou bastante o jeito de andar, pegar nas coisas está mais esperto e quando demora para ter a visita eu fico logo esperando e também o dinheiro que a gente recebe já ajuda para comprar um leite, é muito bom e já falei do programa para minhas colegas. Muito bom de verdade, (Mãe, 28 anos)

Na fala da mãe é notável como enxerga a aprendizagem do seu filho positivamente, quando menciona “melhorou bastante o jeito de andar e pegar nas coisas” mesmo que, indiretamente a mãe nos leva a entender que está se referindo à coordenação motora fina da criança, que exige o esforço dos músculos menores, principalmente das mãos, podemos pensar na forma como a criança pega algum objeto com mais firmeza, então as visitas contribuem nas fases do desenvolvimento cognitivo, físico e emocional da criança.

A segunda e terceira visita aconteceu em apenas um momento, são duas vizinhas e uma delas estava na casa da outra, o que facilitou a proximidade para realizar a atividade, mas o que não deveria acontecer, já que, as visitas devem ocorrer individualmente. A primeira atividade foi direcionada para realizar com uma criança de três meses de vida, foi proposto trabalhar a mantala, essa atividade tem o objetivo de medir a força da criança com uma manta, ou qualquer tecido. A mãe segura firme a manta e posiciona as mãos da criança para que tente puxar o pano, isso ajuda bastante a desenvolver a coordenação motora da criança.

IMAGEM 03



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

A segunda atividade foi ensinar uma massagem em uma criança de quatro meses, as mães podem realizar com movimentos circulares perto dos olhos. As mães comentaram sobre como as crianças sempre choravam e não conseguiam acalmar, na imagem disponível, podemos perceber como a criança fica alegre e aparentemente relaxada com os movimentos feitos pela visitadora.

IMAGEM 04



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

A visita com as duas vizinhas aconteceu produtivamente, as mães comentaram sobre as dificuldades de cuidar e educar e serem donas de casas. Novamente, foi feita a mesma pergunta às duas mães sobre como avaliam o programa e o que tem mudado em poucos meses de permanência. Obtive a seguinte resposta.

De início eu não sabia se seria bom participar, achei que seria um trabalho a mais, uma obrigação, eu não tive estudo para entender que o bebê até crescer tem suas

fases. Tenho outro filho de 8 anos e de pouco percebi a diferença entre eles, essa pequena eu já vejo ela mais esperta. O programa é muito bom e seria muito bom se tivesse mais desses para ajudar e ensinar nós mães a melhorar as fases dos nossos filhos. (Mãe, 30 anos)

A segunda mãe completou a fala da seguinte maneira:

Isso é verdade, existe muitas mães aqui que querem participar do programa, umas querem conseguir para melhorar o desenvolvimento dos filhos, e também esse dinheiro ajuda bastante para comprar uma roupa, pagar um exame. Gosto bastante das meninas que só ajuda a gente só pode agradecer o trabalho das meninas, sol e chuva chegou o dia da visita já estão chamando na porta. (Mãe, 28 anos)

Na fala das mães podemos notar o desejo por diferentes tipos de programa que auxiliam no desenvolvimento da criança, uma vez que, as mães perceberam as mudanças sensoriais, cognitivas e motoras no processo de execução das atividades. O município de Água Branca, por meio da assistência social, realiza o trabalho do Programa Criança Feliz, na esperança e no desejo de proporcionar o bem-estar das crianças. O programa Bolsa Família, cadastro único, sinaliza as famílias que tenham pelo menos uma criança de até três anos para receberem as visitas em suas casas, colaborando em novas experiências e vivências com seus familiares.

O PCF facilita o acesso aos serviços públicos numa determinada comunidade, pois as mães conseguem obter mais informações sobre os seus direitos e oferta aprendizagens para as crianças e familiares ao ensinar sobre as fases de desenvolvimento infantil e como estimular cada fase. Por meio da visita é perceptível como o programa consegue trazer esperanças para as famílias, o cuidado das visitadoras com as crianças, os laços afetivos construídos fazem total diferença no momento de executar as atividades, pois as mães sentem confiança e motivadas em participar do que é proposto, tendo em vista que, não é apenas ir e vir nas casas, sendo um método, uma técnica embasada em diferentes estudos que geram resultados visando obter políticas eficientes com foco nas reduções das desigualdades sociais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos entender a primeira infância em diferentes espaços e contextos sociais, desde a época em que, as crianças eram consideradas adultos em miniatura, analisando o trajeto da criança até que pudessem ser compreendidas como ser brincante, notamos como as gerações passadas oprimiam o sentimento de infância, pois, essa afetividade ainda não era entendida como uma necessidade para a formação e desenvolvimento da criança. Até a idade moderna a criança não tinha seu direito reconhecido, sendo possível apenas no século XX com a

promulgação da Constituição Federal de 1988 juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) surge um novo olhar de cuidado e amparo com as violências e criminalidades que atingiam tantas infâncias perdidas.

O objetivo desta pesquisa partiu da ideia de compreender a importância da implementação de políticas públicas nas áreas da educação e assistência social voltadas para a primeira infância, estudando as realidades do público infanto-juvenil que podem ser melhoradas com a efetivação das políticas públicas e programas sociais. Pretendeu-se por meio de análises bibliográficas, documentos oficiais, obter um aprofundamento teórico dessa temática. Através dos embasamentos desse estudo percebemos a presença da mulher como fator primordial na abertura de creches no Brasil, fatos históricos que acompanham a contemporaneidade na construção de novas gerações.

Observamos a relação das políticas públicas com os sujeitos de direitos, de nível Municipal, Estadual e Federal, que precisa atender às queixas das diferentes camadas sociais, esses sujeitos de direitos são as crianças, os pais, as famílias, e todo o conjunto de população, as políticas públicas não podem se restringir a um determinado grupo e anular o outro que é considerado menor.

Ao longo do processo da construção da infância, esse estudo analisou as políticas e programas de assistência na primeira infância na cidade de Água Branca- AL, no qual o Criança Feliz foi identificado. Entre idas à sede do programa notamos a necessidade de permanência do PCF para a cidade e povoados, como mencionado pelas mães, é uma forma de cuidar das crianças, das famílias que não possuem auxílio e nem recurso para desenvolver atividades que aceleram o desenvolvimento da criança.

De forma geral o programa na cidade de Água Branca é fundamental para moldar as diferentes infâncias que nele está inserida, notamos a carência de visitadoras que deveriam completar o quadro do programa para famílias conseguirem um maior tempo com as visitadoras para aprender, conversar sobre quais dificuldades possuem na realização das atividades. As realidades das famílias são bastante diversas, por vezes complicadas. Além da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, esse estudo partiu da ideia de buscar uma lei específica para a cidade que implicasse na criação de programas sociais, mas que se encontra ausente.

NOTAS

- 1- Existem críticas em torno do movimento higienista que partia da ideia de construir novos hábitos de saúde para a população pobre, enquanto a eugenia acreditava que a partir da genética construiria uma sociedade superior, ambos tinham o preconceito e a discriminação como ponto para atingir seus princípios.
Disponível em: <https://www.significados.com.br/eugenia/#:~:text=Enquanto%20a%20eugenia%20justificava%20seus,de%20higiene%20das%20pessoas%20pobres.> Acesso em: 12 Abril 2023
- 2- Os estudos de Jean Piaget abordam quatro estágios que estão ligados ao desenvolvimento infantil: sensorio motor, pré-operacional, operacional concreto e operações formais. O primeiro estágio é o sensorio motor (nascimento a dois anos de idade) segundo Piaget os bebês têm a capacidade de aprender com o ambiente e com si mesmo. O período pré-operacional (entre dois anos a sete anos) é a fase em que a criança é egocêntrica partindo da ideia de que suas vontades precisam ser realizadas. O estágio operacional concreto (sete anos a 12 anos) a criança pensa logicamente, a criança estabelece relações aos conceitos aprendidos. O quarto estágio, operações formais (a partir de 12 anos) surge o pensamento sobre problemas hipotéticos, a pessoa é capaz de usar a lógica para solucionar problemas.
- 3- Waldemiro, caso brutal em 1926 que estabeleceu a maioridade penal para maiores de 18 anos no Brasil. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2015/07/abuso-brutal-de-menino-na-prisao-em-1926-estabeleceu-a-maioridade-penal-em-18-anos.html>. Acesso em: 12 Abril 2023.

REFERÊNCIAS:

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara: 1973. P. 279.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

AZEVEDO, S. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 26 jun 2014.

BRASIL. Legião Brasileira de Assistência. **LBA: Relatório 1964-1967. (Apresentação)1968**.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB 5/2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de Dezembro de 2009b, Seção 1, P. 18.

BROUGÉRE. G. **Brinquedo e companhia**. São Paulo: Cortez, 2004.

Colin, A, S, A. Perez, M, C, A. (2019). **Adultização de crianças na sociedade contemporânea, entendimentos e perspectivas**. In W. D. Guilherme (Org.), A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 3 (pp.52-57). Ponta Grossa (PR): Atena Editora.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2016). Brasília: Senado Federal.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

KISHIMOTO, T. M. **À pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.

KUHLMANN, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN, M. J. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2015.

KUHLMANN, Moysés. UMA HISTÓRIA DA INFÂNCIA: DA IDADE MÉDIA À ÉPOCA CONTEMPORÂNEA NO OCIDENTE. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, 2005, v. 35, p. 239-241, ago. 2005.

Legislação Informatizada - **DECRETO-LEI Nº 2.024**, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1940.

Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Brasília: **Diário Oficial da União**. BRASIL. Lei nº 13.798, de janeiro de 2019.

Lei nº 9.394/96, de 20/12/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, nº 248, 23 de dezembro de 1996.

Manual de gestão municipal do Programa Criança Feliz [recurso eletrônico] / Edição Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano. - Brasília: Ministério da Cidadania, 2019.

MERISSE, A. **Origens das instituições de atendimento à infância: Reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997. p. 25-51.

MINAYO, M. C. de S. [et al.] (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOREIRA, H; CALEFFE, L. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

MÜLLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins. **Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares**. In: REDIN, Euclides; MÜLLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins (Org.). **Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças**. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 11-22.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIAGET, J. **A Construção do real na criança**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 660/2015**, de 19 de junho de 2015. Cria o Plano Municipal de Ensino. Legislação, Água Branca- AL, 2015.

QUADROS, N. H. B. **Políticas públicas voltadas para a qualidade da educação no ensino fundamental**: inquietudes e provocações a partir do plano de desenvolvimento da educação. [Dissertação de Mestrado em Educação]. Passo Fundo-RS: Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. 1984. **O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil, o caso da creche**. Caderno de pesquisa, nº51.

SARACENO, C.; NALDINI, M. **Sociologia da Família**. Lisboa: Estampa 2003.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: **interrogações a partir da sociologia da infância. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

SETUBAL, M. A. Com a palavra. **Consulex**. Ano XVI. N.382. 15 de Dezembro de 2012.

SOUZA, C. 2006. "Políticas públicas: **uma revisão da literatura**". Sociologias, ano 2008, n.16, pp.20-41